



ACÓRDÃO Nº247/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11954/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Antonio Aluizio Barbosa Ferreira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5.446/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Prazo. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar** regular com ressalvas as contas anuais da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA, de responsabilidade do **Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira**, em razão das restrições apontadas pela Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas – DICOP, e pela DICAÍ - Diretoria de Controle Externo da Administração Indireta Estadual, e não totalmente sanadas pelo gestor;
- 10.2. **Aplicar** multa ao **Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira**, gestor da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - Ciama, exercício 2019, nos termos do art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, e trinta e nove centavos), pela restrição nº 8.1.1 do Relatório Conclusivo emitido pela DICOP; e **R\$6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais, e dezenove centavos), com fulcro no art. 54, II, “b”, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pela restrição nº 15 apontada pelo Relatório Conclusivo da DICAÍ, totalizando



ACÓRDÃO Nº247/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

o montante de **R\$20.481,58** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais, e cinquenta e oito centavos); e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera estadual para Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Determinar** ao atual gestor da CIAMA que observe os pontos de irregularidades apontadas na restrição nº 8.1.1 do Relatório Conclusivo emitido pela DICOP, e na restrição nº 15 do Relatório Conclusivo da DICA, no intuito de adotar as medidas necessárias para a não reincidência quanto às impropriedades suscitadas;
- 10.4. Dar ciência** sobre o teor desta decisão ao **Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira**, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;
- 10.5. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Declaração de Impedimento: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

13.2. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº247/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral